

## DISCURSOS DA EXCLUSÃO NA GEOGRAFIA DE BRASÍLIA-DF

*(Discourses of exclusion in the  
Geography of Brasília-DF)*

Alessandro Borges Tatagiba<sup>1</sup>  
Denize Elena Garcia da Silva<sup>2</sup>

### ABSTRACT

*Conceived, discussed and planned to be the country's capital, Brasilia, designed as an airplane, belongs to the Distrito Federal, alongside with about 30 administrative regions. In the assumption that the map of the Distrito Federal can be analyzed as a text, we discuss aspects of its geographic space as the embodiment of social practices, in a dialogical relationship in which social discourses and practices are mutually connected. Thus, this study aims to identify and unveil the signs of exclusion in assertives about the geographical dynamics of the Distrito Federal. Among the analyzed texts are books, articles and publications accounting for the institutional history of the Distrito Federal which would lead to a theoretical and methodological analysis, based on authors as Fairclough (2001, 2003); Chouliaraki and Fairclough (1999); Santos (2007, 2009, 2010, 2012); Resende and Ramalho (2006); Silva (2008,2007); Silva e Pardo (2010); Halliday (1994); and Brito (2010). Preliminary results of the study allow us to point out how social practices and discourses observed in the documents of Distrito Federal have demonstrated to be exclusionary.*

**Keywords:** *discourse, exclusion, geographical dynamics, Distrito Federal*

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC, Brasil).
2. Doutora em Linguística Hispânica pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Docente e Pesquisadora Colaboradora Plena junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UnB, Brasil). Líder do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (CNPq), que integra a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica da Extrema Pobreza (REDLAD), formada por investigadores/as de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela.

## RESUMO

*Pensada, discutida e planejada para servir como capital do país, Brasília, com suas asas em alusão a um avião, integra a dinâmica geográfica do Distrito Federal ladeada por cerca de 30 Regiões Administrativas. Ao se tomar como texto a disposição das cidades no mapa do Distrito Federal, busca-se discutir aspectos do espaço geográfico, como materialização de práticas sociais, e analisar sua relação com práticas discursivas naturalizadas, dialogicamente conectadas. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apontar e desvelar marcas linguístico-discursivas de exclusão nas práticas sociais acerca da dinâmica geográfica do Distrito Federal. Entre os dados documentais selecionados, encontram-se livros, reportagens e publicações institucionais acerca da história do Distrito Federal que servirão para a análise linguístico-discursiva, conforme os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, nos moldes de Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), com base também nos estudos e pesquisas de Santos (2007, 2009, 2010, 2012); Resende e Ramalho (2006); Silva (2008,2007); Silva e Pardo (2010); Halliday (1994); Brito (2010). Os resultados preliminares do estudo sugerem que as marcas de exclusão, presentes em textos de natureza documental, constituem uma constante em práticas sociais no âmbito do Distrito Federal.*

**Palavras-chave:** discurso, exclusão, dinâmica geográfica, Distrito Federal.

## Introdução

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2011: 28) apontam que um dos cenários mais desiguais no Brasil é o caso do Distrito Federal porque, embora a renda média geral seja alta, a distância entre os miseráveis e os que estão fora da linha da miséria é muito maior do que a verificada em outras unidades da federação. Conforme aponta esse estudo do Ipea, sobre a situação dos que estão hoje em piores condições sociais, no Distrito Federal, 45% são adultos ou idosos ali, ante os 37% no Brasil, país que tem na juventude o segmento mais miserável. Por conseguinte, pode-se concluir que, no Distrito Federal, 55% dos que estão em situação de miséria e exclusão social pertencem aos segmentos de jovens e crianças, ante aos 63% no Brasil.

Diferentes discursos procuram explicar os dados do Ipea sobre a grave desigualdade social no Distrito Federal. Veiculados com bastante força, inclusive pelos meios de comunicação de massa, há discursos que sustentam a ideia de que a prática social migratória é a causa da pobreza e exclusão no Distrito Federal. Em reportagem eletrônica de Braga e Martins (2010), no *Jornal Correio Braziliense*, conforme comentários de alguns cidadãos, vê-se associada a prática discursiva da pobreza à da migração: “na década de 90 importou muita pobreza para o DF, através de migração interna”. Deve-se observar, contudo, que esse discurso exclui a responsabilidade de um agente pessoal e político, transmitindo a ideia de que a pobreza se deve a um fenômeno incontrolável.

Atribuir ao fenômeno migratório a razão para a pobreza seria uma explicação parcial e apressada que, além de naturalizar discursivamente a desigualdade, sob o enfoque teórico da Geografia Crítica, como sugere Santos (2009: 79), não fornece as razões reais do problema da pobreza urbana. Ademais, uma vez que se trata de uma cidade planejada, cuja previsão legal para sua construção possuía quase 70 anos na data em que foi inaugurada, pode-se ponderar que as práticas de exclusão se refletiram de forma igualmente planejada e intencional no espaço geográfico. Esse entendimento, inclusive, compactua com a observação de Santos (2007: 61) sobre as determinações sociais no espaço.

O fato é que, ao longo da história do Distrito Federal, desde antes mesmo da inauguração de Brasília, os movimentos migratórios implicaram muitas ocupações espontâneas, ditas “invasões”, que, por sua vez, resultaram na oficialização pelo poder público de várias “cidades-satélites”. A concepção inicial subjacente à criação das novas cidades-satélites era a de afastar a pobreza do centro, ou seja, de Brasília.

Antes de apresentarmos, porém, os textos que serviram para esta análise, é preciso contextualizar, ainda que brevemente, a respeito da criação de Brasília e do Distrito Federal. Entre os objetivos de transferir a capital do Brasil para o interior de Goiás estava o de centralizar a sede administrativa da República nascente. Dessa forma, a despeito de

discussões mais aprofundadas sobre questões estratégicas, do ponto de vista da integração e da defesa nacional, o fato é que a Constituição Federal de 1891 já fixava um quadrilátero de 14400km<sup>2</sup>, no Planalto Central, para a transferência da sede do poder republicano. Brasília, inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960, é reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. A capital brasileira integra o Distrito Federal que, por sua vez, representa uma unidade da federação ao lado das outras vinte e seis. Dos milhares de trabalhadores que ao Distrito Federal chegaram, com ou sem suas famílias, para construir a nova capital, remanesceu a maioria para fixar moradia e trabalho. Desde então, o Distrito Federal não parou de crescer em todos os aspectos.

Apesar de breve, essa contextualização servirá para situar a análise linguístico-discursiva dos textos selecionados, relacionando-os à dinâmica geográfica do Distrito Federal, como tentativa de mediação entre o social e linguístico ou, ainda, entre o social e a ordem do discurso, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999: 16). Este trabalho busca, sobretudo, desvelar marcas de exclusão nos discursos relacionados à construção da mais nova capital do Brasil. Para tanto, procuramos estabelecer uma relação dialógica entre a Geografia Crítica e a Análise de Discurso Crítica (ADC).

## 1. Bases teórico-metodológicas

De acordo com a Geografia Crítica proposta por Milton Santos (2007:61), a sociedade não se distribui de forma aleatória e uniforme no espaço, mas por meio de determinações sociais e das formas preexistentes. Neste trabalho, situamos o termo espaço, conforme Santos (2012: 30-31), como “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. Essa demarcação teórica a respeito do espaço importa para que – a partir de uma análise qualitativa descritiva e interpretativa) dos dados selecionados, e com

base nos trabalhos desenvolvidos por Santos (2007, 2009, 2010, 2012), Silva (2008, 2007), Silva e Pardo (2010), Resende e Ramalho (2006), Fairclough (2001), Halliday (1994) e Brito (2010) – possamos melhor compreender significados, bem como as significações, mediante pistas de exclusão presentes nos discursos e nas práticas sociais relacionadas à organização das pessoas no espaço geográfico do Distrito Federal.

A partir de um entendimento já explicitado por Santos (2007: 61), as práticas sociais relacionadas à organização do espaço geográfico do Distrito Federal não se deram de forma aleatória e isenta de significados. O espaço geográfico, portanto, não é mera representação de mundo de forma neutra, uma vez que nele se encontram imbricadas significações discursivas, relacionadas ao poder, bem como a ideologias. Trata-se, aqui, de “uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder com luta hegemônica”, como explicita Fairclough (2001:116). Em poucas palavras, parece-nos viável considerar que esse espaço geográfico significa um palco de lutas e relações de dominação de um grupo sobre outro. Nesse sentido, refletir discursivamente sobre as práticas sociais relacionadas à organização do espaço implica entender que a linguagem, conforme Resende e Ramalho (2006), é concebida como um momento irreduzível de práticas sociais, que tem consequências e efeitos em sociedades, incluindo lutas hegemônicas e relações de dominação.

Nesse sentido é que a teoria da ADC considera que o discurso se constitui socialmente e, ao mesmo tempo, orienta e molda as práticas sociais. Refletir nesses termos sobre a organização das pessoas no espaço geográfico significa entender que a organização geográfica se constitui uma prática social, cujos discursos a moldam e são por ela também moldados. Nesse sentido, o discurso, segundo Fairclough (2001: 91), propicia a constituição de todas as dimensões da estrutura social que o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O termo “discurso” envolve o uso da linguagem como uma prática social que nos permite entender o discurso como ação que permite aos sujeitos agirem sobre o mundo e sobre os outros, numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Nas palavras

de Fairclough (*op. cit.*: 91), o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e reconstruindo o mundo em significado.

Podemos observar, portanto, conforme Silva (2008, 2007) e Santos (2007:81), que a ADC e a Geografia Crítica se preocupam com questões ligadas à promoção da igualdade e do combate à desigualdade. Para Santos (2007:81), existe a preocupação de se “reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo reconstruir a sociedade para que não se crie ou preserve desigualdades sociais”. Discursos e práticas excludentes acerca de um processo evidentemente pensado, planejado e público, como foi – e ainda é – a ordenação territorial do Distrito Federal, levamos a reiterar, com base em Fairclough (2003) e Silva (2008:268), a necessidade de aproximar respostas para a seguinte questão: como as sociedades podem prover algumas pessoas com tantos recursos e possibilidades para enriquecer e satisfazer vidas, e como, por outro lado, negam a outras esses recursos e possibilidades?

Outra indagação, que aqui se pode apresentar, refere-se à definição da posição das pessoas na geografia do Distrito Federal, umas favorecidas com tantos recursos, serviços públicos e espaços privilegiados, outras situadas abaixo da linha da miséria e da pobreza extrema. Longe de exaurir uma matéria por meio dessas perspectivas teóricas, este trabalho embrionário suscita estudos mais aprofundados sobre os discursos e as práticas de exclusão no Distrito Federal, com base na organização das pessoas com suas identidades no espaço geográfico.

## **2. Contextos em discussão: o espaço e as pessoas**

A presente seção enfoca representações linguístico-discursivas com relação a espaço físico (geográfico), bem como a práticas discursivas naturalizadas com referência a identidades de pessoas, dentro de um conjunto de representações que se encontram vinculadas àqueles/as que se encontram à margem do contexto histórico-político

e econômico da capital federal, Brasília. Trata-se de buscar, conforme Silva e Pardo (2010: 69), “uma aproximação a conceitos que fazem parte do campo semântico da pobreza, articulados a fatores simbólicos e materiais”. Nas referências às denominações vinculadas ao espaço e às pessoas que transitam, vivem e trabalham no contexto da capital federal, podemos identificar pares conceptuais que carregam uma pretensão de universalidade. Disso trataremos a seguir.

## **O espaço: cidades-satélites e o afastamento deliberado da pobreza**

Nesta seção, em relação ao espaço do Distrito Federal, realizamos um recorte na análise textual acerca das cidades-satélites. Contrários à ideia de representação do espaço como *locus* naturalizado e predefinido, defendemos que a organização das pessoas no espaço geográfico pode revelar os significados dos discursos e das respectivas práticas sociais. Nesse sentido, tomamos como premissa a ordenação e a dinâmica geográfica do Distrito Federal, buscando entender, a partir de textos históricos, como algumas das formas de exclusão ocorreram durante o processo de formação de Brasília e também do Distrito Federal. No trecho a seguir, que consta da publicação histórica dos 50 anos de Brasília, Brito (2010), ao discutir os argumentos utilizados para deslocar “ocupações não planejadas do solo urbano”, evidencia-se a determinação social, à qual também se referia Santos (2007: 61), para que o espaço geográfico do Distrito Federal reproduzisse as condições de inclusão e de exclusão social.

A erradicação de apropriações fundiárias “indevidas” tornou-se o principal argumento para a locação de núcleos urbanos que foram adicionados nos primeiros anos, e, na verdade, motivou a fundação de muito outros. (...), criaram-se núcleos isolados e distanciados do centro urbano. (BRITO, 2010:60)

Os “núcleos isolados” passaram a ser denominados pelo poder público como cidades-satélites. As cidades-satélites, hoje

denominadas como Regiões Administrativas, deixaram de existir com aquela denominação pelo menos oficialmente. É possível, contudo, perguntar: no quadrilátero pertencente ao Distrito Federal, por que o poder público empregou o termo cidade-satélite para cunhar as novas cidades do Distrito Federal?

Do ponto de vista da interioridade da língua, a análise semântica do termo satélite abarca a ideia de gravitação de algo em relação ao centro. À medida que eram criadas, as cidades do Distrito Federal logo recebiam a denominação de cidade-satélite seguida de um nome próprio como Gama, Taguatinga etc. Conforme Brito (2010:71), houve uma distinção básica na modelagem da urbanização de Brasília, especialmente nos anos inaugurais, com base na tese de limites precisos para uma “cidade central” rodeada por outros núcleos isolados e distanciados, as cidades-satélites. Esse ideário de núcleos isolados e distanciados, denominados como cidades-satélites, implicava e ainda significa, grosso modo, que quanto menor o nível de renda per capita, mais distante de Brasília; assim, o poder público ia posicionando as “cidades-satélites”. Deve-se fazer a ressalva de que o Cruzeiro, cidade praticamente anexa a Brasília, conforme Brito (2010:72-73), fugiu a essa regra. Todavia, ações voltadas para o distanciamento e isolamento das cidades-satélites marcaram a tônica geral do projeto urbanístico do Distrito Federal.

O que nos leva a crer que o termo cidade-satélite serviu para designar especificamente as cidades mais distantes é a constatação de que os textos veiculados a respeito das cidades próximas à Brasília e com alto poder econômico, como Cruzeiro, Octogonal, Lago Sul e Lago Norte, não recebiam o qualificador cidade-satélite como ocorria com a então “Cidade-Satélite do Gama”; “Cidade-Satélite de Sobradinho” e “Cidade-Satélite de Taguatinga” entre outras.

Dessa forma, apesar de, principalmente à época, estar localizada relativamente distante do canteiro de obras central, cerca de 19 km do centro da futura capital, a criação de Taguatinga, em junho de 1958, ocorreu para, entre outros objetivos, deslocar para lá as invasões frequentes em áreas perto de Brasília. Segundo dados da página eletrônica do Governo do Distrito Federal e também do recente



trabalho de Brito (2010), antes da transferência dos “invasores”, em 1958, para a “cidade-satélite” de Taguatinga, o processo de ocupação humana nessa área deu-se em função dos migrantes de outros estados, os quais eram impedidos pela Guarda Especial de Brasília, a temida GEB, de se aproximarem de Brasília. Diante disso, os caminhoneiros simplesmente deixavam os migrantes e suas famílias à beira do caminho, no lugar onde se fundou Taguatinga. Textos que analisaremos melhor adiante evocam esse contexto e evidenciam a intencionalidade de afastar de Brasília (centro) os migrantes, transferindo-os para as cidades-satélites (periferias). Para o Gama, que fica a 35 km de Brasília, foram levadas famílias inteiras de trabalhadores que construíram a Barragem do Paranoá. Essa construção, aliás, possibilitou a existência de um lago artificial, conhecido como Lago Paranoá, que, entre outros objetivos, também visava proporcionar um microclima de relativa umidade em Brasília.

A criação de cidades-satélites, como ocorreu com Taguatinga, continuou a existir com bastante força até o final da década de 90, só que, nesse último período, sob o nome de “assentamentos”. Além das ações oficiais de “afastamento geográfico” dos trabalhadores, em relação à localização da futura sede do poder central do Brasil, paralelamente, houve a ocupação espontânea do solo em diferentes espaços do Distrito Federal. Ambas as formas de ocupação do solo possuem em comum a ausência forte do estado na prestação de serviços públicos de qualidade. Pior, criaram-se oficialmente cidades sem água encanada, escolas e hospitais. Além disso, por exemplo, na hoje Cidade da Estrutural, surgida ainda na década de 1960, pessoas foram fixando moradia em lugar próximo ao “lixão”, para tirar dali um meio de subsistência. Próxima ao Parque Nacional de Brasília e à Cidade do Guará, e embora se localize a cerca de 12 km da sede do poder distrital, a Cidade Estrutural, após muita luta e resistência dos moradores, só conquistou o status oficial de cidade em 2004, com a criação da Região Administrativa RA XXV. Composta por três localidades, com certa distância entre si, fazem parte da RA XXV a Cidade da Estrutural, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SIA) e a “Cidade do Automóvel”. Nesta última, aliás,

localiza-se a sede da Administração Regional. Contudo, apesar de toda luta dos moradores da Cidade Estrutural para serem vistos e tratados como cidadãos, ainda hoje, uma das páginas na internet do Governo do Distrito Federal refere-se à Cidade Estrutural como “Vila Estrutural”.

Geograficamente posicionadas em pontos distantes do centro, há cidades como Ceilândia, cuja origem se deu em função de ações públicas no combate à ocupação espontânea de terras registradas como públicas. Por outro lado, cidades próximas à Brasília, como a Cidade Estrutural, desde seu início, resistiram às ações do poder público distrital que insistiu, em diversos momentos, em remover e deslocar famílias dessa área para outras localidades. Inclusive a ação do poder público apoiava-se no discurso de que a área era próxima ao Parque Nacional de Brasília e que isso poderia causar impactos ambientais. Contudo, não se explicou o motivo pelo qual, desde a década de 60, o poder público depositava lixo a céu aberto nessa mesma localidade. Ainda a respeito da hoje Cidade Estrutural, não obstante, desde 2004, haver um decreto oficializando-a como cidade, persistem os textos oficiais do Governo do Distrito Federal, reportando-se à Cidade Estrutural como “Vila Estrutural”, com verbos em sua forma presente, como no trecho a seguir.

A Vila Estrutural está localizada às margens da DF-095 (Via EPCT, conhecida como Via Estrutural) e ocupa uma área de 154 hectares. O “Lixão da Estrutural” começou, na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local. Disponível em: <[http://www.scia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=12064](http://www.scia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12064)>. Acesso em 27/7/2012.

Nesse trecho de texto, a hoje Cidade Estrutural parece ainda existir como vila, omitindo-se assim o status atual de cidade. No entanto, textos de moradores da Cidade Estrutural referem-se ao local de moradia utilizando o termo cidade, como no trecho a seguir retirado de um dos grupos comunitários localizados nessa cidade.

O Coletivo da Cidade é uma entidade localizada na Cidade Estrutural (DF) e atua basicamente com o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social, além de ser importante espaço de convivência comunitária e capacitação profissional para os demais moradores da cidade. Grupo Coletivo da Cidade. Disponível em: <<http://www.coletivodacidade.org/>>. Acesso em 27/7/2012

Apenas nesse trecho, produzido pelo Grupo Coletivo da Cidade, há referência ao termo cidade três vezes, sendo que o próprio nome do grupo carrega o termo cidade. Em relatos colhidos na Cidade Estrutural, registramos que os próprios moradores fazem questão de utilizar e valorizar o termo cidade.

Se as práticas discursivas e sociais acerca das cidades do Distrito Federal, portanto, indicam uma ação deliberada de afastar do centro a pobreza – ao mesmo tempo em que as estigmatizava pela denominação de cidade-satélite –, podemos entender que o planejamento urbano pode se constituir num objeto de análise textual com o objetivo de denunciar e de mudar práticas sociais excludentes. Termos como “Cidade-Satélite” e “Vila Estrutural”, pelo menos oficialmente, não existem mais. Contudo, as práticas sociais mostram como ainda são fortes as marcas de exclusão. Hoje, verifica-se que o deslocamento das pessoas para ocupar os espaços geográficos mais distantes do centro não implica a presença de serviços públicos básicos de acordo com as necessidades da população, acirrando-se assim a desigualdade e a pobreza, principalmente nos pontos extremos do Distrito Federal. Observa-se também um processo de lutas sociais entre o estado e os que querem fazer parte da cidade, ou seja, tornarem-se cidadãos, uma vez que ocupam, de forma espontânea, o solo.

Dessa forma, podemos entender que houve a intencionalidade de operar no planejamento urbanístico o afastamento da pobreza e a delimitação da exclusão a determinados centros urbanos, dentro do perímetro do Distrito Federal, como forma de delimitação da pobreza em espaços geográficos determinados. No tópico a seguir, como veremos, a ação pública não se limitou apenas a ações de exclusão conforme o espaço geográfico, criando núcleos isolados; em relação ao

ser humano, discutiremos a questão da identidade dos trabalhadores que se dirigiram a Brasília para construí-la e passaram a ser designados como candangos.

## **As pessoas: migrantes... invasores... candangos?**

O recorte a respeito da identidade dos trabalhadores que se dirigiram ao planalto central com o objetivo de construir Brasília abre uma possibilidade de pensar as pessoas em relação ao espaço a partir de textos veiculados à época da transferência da capital do Brasil. O movimento de interiorização e de centralização da capital da república, ocorrido no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, tem muito a nos dizer sobre as práticas e os discursos que permearam a construção da nova capital e o desenvolvimento da unidade da federação que mais apresenta diferença entre excluídos e não excluídos de acordo com os dados do Ipea apresentados.

Por meio dos textos analisados, verificamos que documentos oficiais tratam com diferentes termos e, por conseguinte, com significados diversos as identidades daqueles que chegaram antes, durante e após a construção da nova capital do Brasil. A semelhança das pessoas que começaram a formar o núcleo habitacional de Taguatinga, textos oficiais reportam-se aos construtores de Brasília ora como “migrantes” ora como “invasores”. Sem a pretensão de abarcar toda a complexidade a respeito dessas identidades, destacaremos mais adiante outro ponto para análise que envolve especificamente a Guarda Especial de Brasília (GEB).

A GEB não exigia formação adequada dos que ingressavam nesta força policial, o que teria contribuído para as arbitrariedades cometidas. A GEB chegou a ser *utilizada* na interceptação de veículos nas estradas, obrigando os *migrantes* a retornarem às suas cidades de origem. Os *invasores* tomaram conhecimento de que (...) (História de Taguatinga, Administração Regional. Disponível em: [http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=4345](http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4345)>. Acesso em 9 de outubro de 2012).

Assim como em outros documentos oficiais analisados, esse texto utiliza dois diferentes qualificadores, “migrantes” e “invasores”, para se referir à identidade das mesmas pessoas. O poder público, contudo, antes mesmo da inauguração de Brasília, criou um terceiro qualificador, chamando de “candango” aquele que veio participar da construção de Brasília.

Ao ingressar na força de trabalho local, portanto, não se tratava mais do trabalhador comum, nem do migrante, nem do operário. Numa ação articulada pelo poder público, inclusive com a inauguração de uma estátua em homenagem aos “candangos”, operou-se a atualização do termo candango no léxico da língua portuguesa que, diferentemente da sua origem etimológica, passou a designar principalmente “operário de Brasília”.

Segundo Videsott (200: 21), grande parte das autoridades linguísticas credita a origem da palavra “candango” à língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudoeste de Angola e esse parece ser o termo pelo qual os africanos se referiam, pejorativamente, aos colonizadores portugueses. Aceito e atualizado positivamente pela sociedade brasileira do final da década de 1950 e do começo de 1960, o emprego cotidiano do termo candango ganhou ainda mais impulso a partir do monumento “Os Candangos”, de Bruno Giorgi, inaugurado antes de Brasília, na Praça dos Três Poderes.

Figura 1: Bruno Giorgi, Os Candangos, bronze, 1957.

Fotografia de Luisa Videsott (2008).

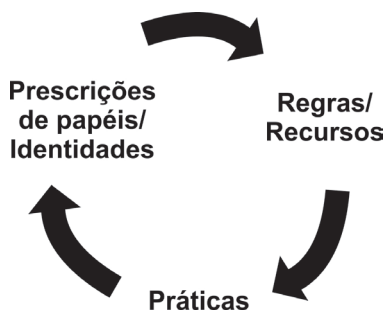


A Figura 1 representa dois “candangos”, ambos segurando instrumentos, representados por duas varas. A associação do papel/identidade do candango à ação de construir indicava assim o principal significado desse termo cunhado concomitantemente ao nascimento da nova cidade. Conforme Videsott (2008: 22), ao analisar matérias das revistas entre 1961 e 1963, a palavra indicava qualquer pessoa que tivesse contribuído na construção de Brasília.

De toda forma, inclusive com o próprio Presidente da República à época utilizando o termo candango em referência a si mesmo, esse termo difundiu-se ampla e rapidamente por meio de revistas, de rádios e também da força icônica do próprio monumento de Bruno Giorgi na Praça dos Três Poderes. A adesão popular ao uso atualizado e positivo do termo candango na língua portuguesa como ocorreu poderia suscitar a seguinte pergunta: quais poderiam ser os significados relacionados à necessidade oficial de se criar um novo termo para designar os migrantes que vieram construir Brasília?

Conforme Giddens (1979:171) *apud* Meurer (2004:139), podemos discutir essa questão, com base no diagrama da Figura 2 a seguir, pressupondo que – em virtude da necessidade de se estabelecerem novas regras e práticas – termos como ‘migrante’ e ‘operário’ não poderiam dar conta dessas novas práticas e regras que nasciam paralelamente à construção da nova capital do Brasil.

Figura 2- Influências entre prescrições, práticas sociais e regras/recursos.  
Com base em Giddens (1979:117).



Podemos entender que seria naturalmente mais fácil o poder público conseguir a adesão a novas regras e práticas, atribuindo aos sujeitos em questão novos papéis. Ao invés de utilizar termos como peão de obra, migrante ou trabalhador, o uso da palavra candango ia ao encontro da necessidade de realizar a grande empreitada no novo ambiente, de acordo com Ribeiro (2008:35) *apud* Brito (2010:44):

A grande obra é fruto de uma decisão do Estado que acaba por implicar uma articulação ideológica legitimadora da necessidade da sua construção. Todo grande projeto tem uma história em termos ideológicos.

Se, em síntese, o termo candango servia, de maneira geral, para designar aquele que veio para trabalhar na construção de Brasília, é importante notar que ao contrário de “migrante” e “invasor”, o termo candango emprestava à identidade dos trabalhadores um novo significado que, diretamente, não lhes remetia a um espaço social específico, pois passou a evocar muito mais sentimentos e ideais de força e luta necessários para a construção da nova capital do Brasil. Podemos entender que a utilização do candango postergava a necessidade de se precisar a identidade das pessoas em relação ao espaço da futura capital do Brasil. Esse entendimento é partilhado por Brito (2010:67) que, a partir dos estudos históricos realizados, observa que a fixação definitiva de todos os candangos no planalto central não estava nos planos de governo, uma vez que “os assentamentos informais foram a solução dada pelos candangos para a carência habitacional em Brasília” (*op. cit.*: 67).

Outro ponto chama-nos a atenção no trecho da página na internet da Administração Regional de Taguatinga: “A GEB chegou a ser utilizada na interceptação de veículos nas estradas, obrigando os migrantes a retornarem às suas cidades de origem”. Do ponto de vista da interioridade da língua, em relação aos aspectos sintáticos e semânticos, evidencia-se, nesse trecho de um texto oficial, o apagamento do Governo ou Poder Público como ator. Conforme sugere Halliday (1994), pode-se identificar nesse período uma transitividade evidenciada por vários tipos de processos. Ao se analisar

a transitividade desse trecho, torna-se evidente que a GEB não agiu por iniciativa própria ao impedir que mais brasileiros tivessem acesso direto aos canteiros centrais das obras na futura capital. Contudo, sem o apagamento do verdadeiro ator, esse trecho poderia ser reescrito da seguinte forma: *(o poder público/governo) utilizou a GEB na interceptação de veículos nas estradas obrigando os migrantes a retornarem às suas cidades de origem.*

A respeito de serviços públicos, no início da construção de Brasília, como mencionamos, a Guarda Especial de Brasília (GEB) atuava no controle e policiamento das terras públicas. Depois de extinta a GEB, a força da polícia militar do Distrito Federal, bem capacitada e melhor remunerada do que a de outros estados, também atuou, diversas vezes, em funções semelhantes à da GEB. Por exemplo, para evitar principalmente a construção de mais moradias e controlar o fluxo de pessoas, durante quinze anos, a única presença de algum serviço público na Cidade Estrutural foi a da polícia militar. Além do aparato policial, antes de o processo de legalização da cidade efetivar-se, os discursos veiculados pelos meios de comunicação reafirmavam que a área era considerada imprópria para habitação, por se tratar de área de depósito de lixo e por estar perto do Parque Nacional de Brasília. Diante da reprodução das vozes sociais que fizeram circular esses argumentos, percebemos que houve a ausência de questionamentos como: será que não seria mais sensato mudar a localização do aterro sanitário do que transferir a moradia de 10 mil ou 15 mil pessoas? Isso levaria, por conseguinte, à conclusão de que próximo a um parque nacional o que é irregular é lixo a céu aberto, não pessoas.

## Considerações finais

Apesar das limitações impostas por um estudo ainda embrionário sobre os discursos da exclusão na geografia do Distrito Federal, a partir da análise dos dados selecionados podemos compreender marcas de exclusão social na dinâmica geográfica reveladas, principalmente, na criação das cidades-satélites. A ocupação e ordenação do espaço



geográfico do Distrito Federal, desde antes da inauguração da nova capital do Brasil até a consolidação de cidades mais recentes, revela um projeto de sociedade claro e intencional de afastar do centro as camadas menos favorecidas economicamente. Em vista da discussão e dos exemplos analisados sobre a forma de ordenação geográfica do Distrito Federal, podemos entender que, até pelo próprio novo significado que se procurou dar à palavra *candango*, buscava-se assim distanciar a identidade dessas pessoas à ideia de fixação definitiva em Brasília.

Por ser uma cidade planejada, a comprovação de que houve uma ação pública e intencional de afastamento da pobreza serve para desvelar as ideias naturalizadas de que a condição social e os espaços privilegiados nas cidades seriam fenômenos naturais e independentes da ação voluntária de pessoas ou de determinados grupos sociais. Como vimos nos exemplos discursivos, a ordenação e a ocupação do espaço geográfico do Distrito Federal, desde a inauguração de Brasília como nova capital da república, orientaram-se também por práticas de exclusão deliberadas, como a que ocorreu com o afastamento das primeiras cidades-satélites. Esse afastamento deliberado da pobreza no Distrito Federal move a nossa reflexão em direção a uma das inquietações iniciais. Conforme Silva (2007: 63), representações como “igualdade e desigualdade”, “inclusão e exclusão” necessitam ser discutidas “com vistas a contribuir para a conscientização sobre os efeitos de práticas discursivas naturalizadas”. Nesse sentido, tendo como referência a relação espaço e ser humano, entendemos que, para a sociedade, pensar as pessoas, a inclusão social e a igualdade implica reavaliar discursos até então naturalizados e refletir sobre os espaços das cidades.

Exaustivamente, Santos (2010:135) apontou razões da desigualdade na distribuição das riquezas. E, como vimos, para combater a exclusão e a pobreza no Distrito Federal é preciso mais do que quebrar a distância geográfica entre as cidades. Santos (2007:81) sugere a necessidade de se “reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo reconstruir a sociedade para que não se crie ou preserve desigualdades sociais”. Mais do que programas pontuais, precisamos de projetos de sociedade inclusivos que tratem a urbanização e a sociedade como “epifenômeno” (Santos, 2009:26).

Se o “fenômeno social” da pobreza, por conseguinte, continuar a ser tratado parcialmente – associado, por exemplo, somente a problemas da explosão demográfica ou a movimentos migratórios –, iremos permanecer relacionando problemas sociais a eventos cujo controle humano ocorre de forma incidental e, não raro, *a posteriori*. Mais do que ações pontuais, precisamos de projetos que contemplem toda a sociedade e que façam frente à ideia naturalizada de que a pobreza e a riqueza são inerentes ao espaço geográfico sobre o qual, aliás, a sociedade não teria controle. Pelo contrário, sociedade e discursos, assim como o espaço e as pessoas, possuem intencionalidades, significados e, o que mais cabe ressaltar, adquirem significações em suas respectivas formas de controle cuja relevância não pode ser negligenciada. Em vista do exposto, portanto, e parafraseando mais uma vez o Professor Milton Santos, podemos, sim, reinventar o espaço à medida que criamos sociedades, discursos e práticas sociais inclusivas em prol das pessoas.

Recebido em: 13/11/2012

Aprovado em: 17/1/2013

[alessandro.borges.tatagiba@gmail.com](mailto:alessandro.borges.tatagiba@gmail.com)

[denizelena@gmail.com](mailto:denizelena@gmail.com)

## Referências bibliográficas

Brito, J. *De Plano Piloto a Metrópole: a mancha urbana de Brasília*. Brasília: Sinduscon, 2010.

Braga, G.; Martins, V. *No DF, servidor acentua diferença*. Correio Braziliense, DF, 14 de julho de 2010. Economia. Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/07/14/internas\\_economia,202286/index.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/07/14/internas_economia,202286/index.shtml). Acesso em 19 de julho de 2012.

Chouliaraki, L.; Fairclough, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

Codeplan. *Coletânea de Informações Socioeconômicas - RA XXV, 2006*. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000052.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2012.

Fairclough, N. *Discurso e Mudança Social*. Prefácio e coord. da trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

Brasília, GDF. *Administração Regional de Taguatinga, 2012*. Disponível em: <[http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=4345](http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4345)>. Acesso em 23 de junho de 2012.

Halliday, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. *Um plano para acabar com a miséria*. Brasília: Ipea, ano 8, nº 67, p. 20-28, 2011.

Meurer, J. Ampliando a noção de contexto na Linguística Sistemico-funcional e na Análise Crítica do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, 4: 133-157, 2004.

Resende, V.; Ramalho, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

Videsott, L. Os Candangos. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 7: 21-38, 2008.

Videsott, L. *Os candangos*. Fotografia 1, 2008.

Santos, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, SP: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pobreza Urbana*. São Paulo, SP: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Urbanização Desigual*. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, SP: Edusp, 2012.

Silva, D. E. G. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica social à ruptura familiar. *Revista Discurso y Sociedad*, 2(2): 265-296, 2008.

Silva, D.E.G. Identidades enfraquecidas versus cidadania cultural. In: Joachin Sèbastien (Org.). *Diversidade cultural, linguagens e identidades*. Recife: Elógica, 1: 51-68, 2007.

Silva, D.E.G.; Pardo, N. Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 11(1): 66-112, 2010.